



AValiaÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA, SEGUNDO DOIS PERIÓDICOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Antonio Marcos Teixeira Dalmolin – UNIPAMPA

Resumo: O presente trabalho, intitulado “Avaliação Institucional e Gestão Democrática na Educação Superior Brasileira, segundo dois Periódicos da área da Educação”, consiste em uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, na qual foram analisados, através da Análise Textual Discursiva, periódicos da área da educação acerca da temática da avaliação institucional na Educação Superior e sua relação com a gestão democrática. Os resultados estão sintetizados em duas categorias, que são: intencionalidades da avaliação institucional e avaliação institucional e gestão. São discutidas questões como a não-neutralidade da avaliação, a influência de pressupostos capitalistas na avaliação e a avaliação institucional no contexto de processos democráticos de gestão.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Gestão democrática. Educação Superior.

Introdução

A Educação Superior no Brasil teve destacado crescimento a partir do início do século XX, com o Estatuto da Universidade Brasileira, criado pelo Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, que tratou do sistema universitário, no que se refere à organização técnica e administrativa das instituições da época.

No entanto, apenas em 2004, com a Lei nº 10.861, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual avalia as instituições a partir de indicadores inter-relacionados, dos quais destacam-se o ensino, a pesquisa, a extensão, a gestão, o desempenho discente, o corpo docente e a infraestrutura. O processo de avaliação é realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com a coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

No âmbito das universidades brasileiras o SINAES, em seu artigo 11, obrigou cada instituição, pública ou privada, a constituir sua Comissão Própria de Avaliação (CPA). Tal comissão, autônoma, desvinculada de outras comissões e conselhos das universidades, tem a função de sistematizar as informações institucionais requeridas pelo INEP e

construir/conduzir os processos de avaliação institucional. Sua composição deve assegurar a participação de toda a comunidade universitária (discentes, docentes e técnico-administrativos) e a sociedade civil organizada, sem privilegiar uma categoria em detrimento das outras.

No que tange a justificativa pela temática da avaliação institucional, o interesse esteve relacionado com o desafio em minha atuação profissional, ao iniciar, no ano de 2011, uma caminhada de junto à comissão própria de avaliação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), na qual atuo como servido técnico-administrativo em educação. A referida instituição, assim como outras criadas pelo Governo Federal através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), encontram-se em fase de construção de seus projetos de avaliação institucional. Assim, essa pesquisa pode contribuir para um possível levantamento teórico da produção brasileira sobre o assunto.

Objetivos

Nesse contexto, em que a avaliação institucional (AI) cada vez mais “ganha terreno” na Educação Superior, em função da busca pela propalada qualidade, surgiu o problema de investigação da presente pesquisa, que foi:

➤ Qual é a relação existente entre avaliação institucional e gestão democrática, nas instituições de Educação Superior, em dois periódicos brasileiros da área de educação, no período de 2008 a 2010?

Os objetivos da pesquisa são:

- ✓ Analisar como a avaliação institucional na Educação Superior é caracterizada nas fontes da pesquisa;
- ✓ Analisar o potencial da avaliação institucional para o desenvolvimento da gestão democrática nas instituições de Educação Superior na literatura consultada.

Referencial Teórico

A presente pesquisa estrutura-se a partir de três referenciais, autores que escrevem sobre avaliação institucional, autores que problematizam a Educação Superior e as instituições educativas e referências sobre gestão democrática.

Acerca da Educação Superior e das instituições educativas compartilho de algumas críticas dirigidas a elas por diversos autores, entre eles destaque, Dagnino (2010, p. 296), o

qual entende que a universidade pública na América Latina perdeu sua funcionalidade para com a sociedade para o contexto (econômico, político e social) que as envolve. Segundo o referido autor ela, nesse contexto, não atende de modo satisfatório nem a classe dominante, tampouco a classe dominada.

A universidade pública, brasileira, tem por princípio, segundo o artigo 207 da Constituição Federal, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no entanto, o ensino (docência), hoje, pauta-se mais em problemas passados, superados, do que nos problemas do atual contexto, além de possuir caráter repetitivo. Acerca da docência, Dagnino (2010, p. 296) coloca que:

O ensino mecânico, por repetição, memorístico, apassivador onde a relação professor-estudante é autoritária também é criticada por Freire (1987) ao definir o que ele denomina de concepção bancária da educação e suas inter-relações no contexto educacional.

O educador bancário, não pauta suas ações no diálogo, pois se preocupa principalmente com o programa sobre o qual dissertará a seus estudantes e não com o conteúdo do diálogo que construirá com eles. Predomina a pedagogia da resposta em detrimento da pergunta, pois o educador faz perguntas e as responde imediatamente, logo não constrói um diálogo. Em contrapartida, Paulo freire propõe um modelo educacional, distinto do que se entende por tradicional, a educação libertadora, na qual o diálogo horizontal entre educador e educando exige dos sujeito uma atitude de transformação da realidade conhecida.

Com relação à pesquisa universitária, Dagnino (2010, p. 297) diz que “a pesquisa que é realizada é disciplinar, é orientada por disciplinas, não é orientada por problemas.” A crítica é procedente com base na complexidade da dinâmica social contemporânea, na qual os problemas são multidisciplinares e não podem ser fragmentados, isolados e tratados separadamente em cada área. O autor ainda destaca que a comunidade de pesquisa não pergunta à sociedade o que ela deve pesquisar, e com isso, reproduz agendas de pesquisa de outros países, tomados como referência, mas que foram construídas para atender às demandas daquele contexto social, diferente do brasileiro. Outra questão acerca da pesquisa realizada nas universidades brasileiras são as parcerias público-privadas. Em geral, a lógica capitalista neoliberal condiciona a universidade a avalizar as pesquisas frente à sociedade. Desse modo, dentro da concepção de neutralidade da ciência aliada com a proposta neoliberal, o desenvolvimento social está vinculado ao desenvolvimento econômico. No entanto o setor privado objetiva a maximização do lucro em detrimento do bem estar social.

No que tange à extensão universitária, na prática, é quase hegemônica a concepção de que ela limita-se à apresentação de resultados de pesquisa. Ora, se a pesquisa está vinculada a

agendas externas, como coloca Dagnino (2010, p. 297), seus resultados são representativos a outros contextos, outras culturas. Ainda, este mesmo autor, coloca que:

A idéia de extensão tem uma conotação muito significativa, porque não indica um questionamento junto à sociedade ou aos atores sociais o intuito de saber o que lhes é considerado relevante, para que a comunidade de pesquisa, remunerada pela sociedade, redirecione suas atividades. (DAGNINO, 2010, p. 297)

Freire (1992) problematiza a relação hierarquizada, hegemônica que perpassa a Extensão. O autor trata, dentro de um contexto epistemológico e humanista, da relação estabelecida entre o especialista (técnico) e o supostamente leigo, o agricultor (camponês). O técnico “estende” os resultados de suas pesquisas ao agricultor, leva com suas mãos “iluminadas” o conhecimento aos que nada sabem, ignorando as vivências do sujeito e tratando o conhecimento como uma via de mão única, da universidade para a sociedade, por meio da extensão.

Neste sentido, Freire (1992, p. 41) denomina a relação do especialista e do camponês como uma invasão cultural, pois o técnico carrega as respostas de problemas característicos de uma determinada cultura, para culturas diferentes de modo inquestionável. A relação invasor-invasido, no exemplo de extensão rural, é análoga à relação professor-estudante na educação bancária, onde a imposição de outras culturas é permeada por discursos autoritários.

Ainda sobre a Educação Superior, mais especificamente a instituição universitária, Ristoff (1999, p. 18) trata como essencial a manutenção do caráter público da universidade. No entanto o autor complementa:

Não basta ser universidade pública. É fundamental que tenha qualidade, não segundo os critérios eficientistas e utilitaristas que constituem o valor central do mercado, coração do capitalismo neoliberal, mas qualidade carregada de sentido e valor fortemente sociais. (RISTOFF, 1999, p. 18)

Cabe destaque a conceituação do termo qualidade da universidade pública para o autor, onde essa está imersa em sentidos e valores sociais ao invés de alimentar os desejos do mercado. Nesse contexto, Leite (2005, p. 12) entende que as mudanças sentidas na universidade de hoje foram trazidas pelo neoliberalismo com objetivo de “imobilizá-la”. Segundo Leite (2005, p. 11),

sempre pensamos a universidade como o exemplo mais acabado da autonomia do conhecimento. O local em que se pode pensar, com maior radicalidade, as questões, por exemplo, da participação democrática e resposta emancipatória. Toda essa autonomia, e a maneira como a gente vai concebendo o mundo ao longo do processo

educativo formal, no entanto, mostram que a universidade é apenas uma pequena roda numa engrenagem. (LEITE, 2005, p.11)

A referência da universidade como uma roda em uma engrenagem de máquina aparece em um contexto em que a produção do conhecimento nas instituições educativas eram mais autônomas, diferentemente da “imobilização” que o neoliberalismo as impõe. Ainda, Denise Leite afirma que:

De alguma maneira, isto faz parte das necessidades de reprodução do capitalismo global, dos próprios mercados, o que se dá pela vinculação progressiva da universidade como instituição, não só daquilo que ela produz como conhecimento voltado para o mercado, mas ela como empresa e como processo de conhecimento. (LEITE, 2005, p. 12)

No que tange à avaliação, Ristoff (1999, p. 16) entende que ela “está no cerne de todas as políticas atuais de regulação dos resultados da Educação Superior empreendidas pelos governos através da desregulação dos seus processos e da flexibilização das formas institucionais.” Ainda, Ristoff (1999, p. 16) coloca que “a avaliação carrega significados de fundo político, filosófico e social, que a universidade empenha-se em preservar.” Assim como Denise Leite, Dilvo Ristoff entende a avaliação como um processo não-neutro vinculado com a sociedade. Avaliação institucional é um ato valorativo, onde o sentido da universidade e da sociedade merecem atenção especial. Desse modo, o olhar para as finalidades educacionais remete à questão da validação de todo o processo educativo, de modo a considerar a avaliação como parte fundamental da educação e situada com âmbito da dimensão pedagógica da Gestão Escolar.

A Gestão Educacional, segundo Mousquer (2010, p. 30) é entendida “como resultado do processo de articulação nas diferentes instâncias educacionais de governo, ou seja, as esferas Federal, Estaduais e Municipais.” Portanto a gestão educacional, situada no contexto macro é o campo das normatizações das leis que gestam a educação brasileira.

A gestão escolar situa-se na esfera micro da educação, ou seja, articula as dimensões: pedagógica, administrativa, e financeira, em consonância com a comunidade escolar. Para Lück (2006, p. 25) “a expressão gestão educacional abrange a gestão de sistemas de ensino e a gestão escolar.”

Metodologia

A presente pesquisa caracterizou-se, quanto à abordagem, como pesquisa qualitativa. No que se refere à sua classificação quanto ao tipo, o trabalho se enquadra em uma pesquisa bibliográfica, pois segundo Gonsalves (2001, p. 34):

Caracteriza-se a pesquisa bibliográfica pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, entre outros. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa. (GONSALVES, 2001, p. 34)

Ainda, segundo Gonsalves (2001, p. 32) A pesquisa bibliográfica e pesquisa documental ou análise documental constituem dois tipos muito próximos, pois analisam documentos, a diferença está na natureza das fontes. Segundo Gil (1994, p. 73), a pesquisa bibliográfica se atém à contribuição de diversos autores sobre determinado assunto, enquanto a pesquisa documental focaliza, principalmente, materiais que ainda não receberam tratamento analítico.

No que concerne ao entendimento da definição de documentos, (LAVILLE e DIONNE, 1999) e (PHILLIPS, 1974, p. 187 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38) consideram como documentos, não apenas fontes de informação impressas, mas também recursos audiovisuais, sejam públicos, privados ou pessoais. Para Alves-Mazzotti e Gewandznajder (1998, p. 169), documento é “qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”.

Quanto à técnica de análise das fontes da pesquisa, foi utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), segundo Moraes (2003). Para o referido autor, a ATD é adequada à pesquisas qualitativas, pois estas têm por objetivo a compreensão dos fenômenos pesquisados em um contexto de investigação que não pretende testar hipóteses para refutá-las ou comprová-las ao final do trabalho. A questão central na ATD consiste em partir da ordem (o corpus da pesquisa), passar pela desordem (a desconstrução desses textos) e criar uma nova ordem (novos textos, metatextos) relacionada com os textos originais.

O processo de análise, ou ciclo de análise, segundo Moraes (2003, p. 191), é composto de três elementos principais: A unitarização, a categorização e a comunicação. O quarto elemento diz respeito ao caráter do ciclo, considerado um processo auto-organizado que se apresenta aberto às novas compreensões, oriundas da pesquisa, dotadas de criatividade, originalidade e sem previsão de resultados finais.

No que tange à seleção das fontes da referida pesquisa foram analisados os artigos publicados, no período de 2008 a 2010, em dois periódicos brasileiros da área de educação,

disponíveis na internet, a Revista Brasileira de Educação (RBE) e a Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (RAV). A delimitação do período é uma escolha de pesquisa e a opção por periódicos com versão disponível na internet justifica-se pela comodidade e facilidade na obtenção das fontes. Outra definição na pesquisa refere-se à opção por trabalhar com produção e experiências de avaliação na Educação Superior brasileira, excluindo assim, experiências de outros países.

Quanto aos critérios de seleção dos artigos, ou seja, construção, definição e delimitação, do corpus de análise ocorreu em duas etapas. Na primeira etapa foram selecionados artigos auto-identificados no título, resumo e/ou palavras-chave com os seguintes temas:

- a) Avaliação institucional e / ou Avaliação Educacional;
- b) Avaliação da Educação Superior e / ou Avaliação do Ensino Superior;
- c) Gestão democrática, no contexto da Educação Superior.

O quadro abaixo apresenta uma síntese da produção, no período, por periódico, e o número de artigos concordantes com os critérios da primeira etapa.

Período Nº de Artigos	2008	2009	2010	Periódico	Total
Publicados	34	30	32	RBE	96
Selecionados na primeira etapa	00	00	01	RBE	01
Publicados	40	32	30	RAV	102
Selecionados na primeira etapa	17	08	11	RAV	36

Quadro 1 – Artigos publicados e selecionados na primeira etapa.

No que tange a mostra dos 37 artigos selecionados, muitos não discutiam diretamente a temática proposta nos objetivos desta pesquisa, avaliação institucional e a gestão democrática em instituições de Educação Superior, logo foi necessário delimitar melhor o corpus da pesquisa em outra etapa de seleção. Nesta segunda etapa foi realizada uma leitura flutuante nos 37 artigos, segundo Bardin (1977), a qual consiste no estabelecimento de um primeiro contato com os documentos, de modo que as impressões e orientações dos textos possam interagir com o pesquisador. O critério de seleção nesse segundo momento foi:

- a) Artigos teóricos e / ou empíricos que discorram sobre a avaliação institucional e / ou gestão democrática em instituições de Educação Superior.

O quadro 2 apresenta o quantitativo de artigos que atenderam ao critério da segunda etapa.

Nº de Artigos \ Período	Período			Periódico	Total
	2008	2009	2010		
Selecionados na segunda etapa	00	00	00	RBE	00
Selecionados na segunda etapa	06	02	04	RAV	12

Quadro 2 – Artigos selecionados, para análise, na segunda etapa.

A partir da construção e delimitação do corpus procedeu-se a análise dos 12 artigos selecionados, todos da RAV, pois nenhum dos 96 artigos publicados na RBE atendeu ao segundo critério de seleção das fontes. No quadro 3 são apresentados os artigos analisados.

Artigos analisados
<ol style="list-style-type: none"> 1. (ALBERTO e BALZAN, 2008); 2. (ANDRIOLA e SOUZA, 2010); 3. (CARNEIRO e NOVAES, 2008); 4. (COSTA, RIBEIRO e VIEIRA, 2010); 5. (DIAS SOBRINHO, 2008); 6. LEHFELD et al., 2010); 7. (LEITE, 2008); 8. (PEIXOTO, 2009); 9. (PINTO, 2009); 10. (REIS, SILVEIRA e FERREIRA, 2010); 11. (SCHLICKMANN, MELO e ALPERSTEDT, 2008); 12. (SGUISSARDI, 2008).

Quadro 3 – Lista dos artigos selecionados para análise.

A primeira etapa do ciclo de análise da ATD, fez-se desmontagem dos textos ou unitarização. Nesse processo foram identificadas 42 unidades de análise.

Após a unitarização, iniciou-se a categorização, segunda etapa do ciclo de análise da ATD, a categorização. No estabelecimento de relações, as unidades de análise foram

organizadas e originaram duas categorias que relacionam-se entre si, que são: Intencionalidades da avaliação institucional e Avaliação Institucional e gestão.

Resultados

Na análise do corpus, 13 artigos publicados na RAV, a partir da ATD, buscou-se estabelecer relações e reunir elementos semelhantes entre as unidades textuais definidas. Como síntese dos resultados destacam-se duas categorias inter-relacionadas entre si: Intencionalidades da avaliação institucional e Avaliação Institucional e gestão.

Intencionalidades da avaliação institucional

A presente categoria é representativa das discussões acerca da política que permeia os processos de avaliação nas instituições de Educação superior, principalmente no que tange as intencionalidades, ocultas ou não, presentes no processo.

Avaliação é entendida por Alberto e Balzan (2008, p. 753) como um processo de caráter participativo, político e ético. Ela é um construto humano que possui um histórico de negociações e discussões, portanto é dotada de historicidade e possui um inegável viés epistemológico.

Os mesmos autores, assim como Andriola e Souza (2010, p. 47), criticam sua apresentação como técnica, neutra e burocrática. A concepção de neutralidade que a rodeia não está ancorada a ela por acaso, ela expressa intencionalidades de um projeto educativo, que provavelmente não está empenhado na transformação social em prol da coletividade. O provavelmente a que me refiro está apoiado na possibilidade de que os construtores do projeto sejam pessoas, segundo Dagnino (2010), com coração vermelho e mente cinzenta, ou seja, cidadãos que embora estejam movidos pelo desejo da transformação social, de uma sociedade mais justa e igualitária, não detém a compreensão de que suas práticas apenas contribuem para a exclusão social.

Nesse sentido, dentro do contexto de educação como ato político, conforme aponta Freire (1987), a avaliação possui uma concepção política. Na medida em que avalia, o avaliador a faz a partir de seus referenciais e de suas vivências. Conforme Andriola e Souza (2010, p. 47), “a avaliação supõe valores e julgamentos a partir de referenciais que assumimos no contexto avaliativo. Sempre que emitimos um julgamento, está implícita uma dada visão de homem e de mundo.” Não há avaliação neutra, a própria construção do projeto de

avaliação institucional, por exemplo, a seleção dos indicadores, é um ato político que expressa determinada intencionalidade. Se o ato de avaliar fosse reduzido à questão técnica, ficaria restrito apenas a “o que avaliar”, excluindo duas questões centrais “o porquê e para quem avaliar”.

No que se refere à avaliação institucional, ela não tem caráter revolucionário, mas possui potencialidade de operar mudanças no âmbito da instituição, tanto no ensino-pesquisa-extensão quanto na gestão. No entanto, segundo Andriola e Souza (2010, p. 64) entende a necessidade de existir uma cultura avaliativa. Tal aspecto possui viés político, pois constituição de uma cultura de avaliação depende da inclusão do tema na agenda de prioridades das instituições educativas. Embora a temática da avaliação esteja muito presente, principalmente no campo do ensino, na pesquisa ainda são reduzidos os encaminhamentos. Segundo a análise realizada na primeira etapa, de seleção das fontes, dos 96 artigos publicados na RBE (2008-2010), apenas 02 tratavam prioritariamente da temática da avaliação (menos de 2%) e um referia-se ao contexto português, motivo pelo qual foi excluído na primeira etapa.

Outro aspecto a ser destacado é o contexto em que as instituições de Educação Superior estão imersas. A década de 90, do século passado ficou marcada pela intensificação do projeto neoliberal na educação brasileira. Nesse período nasce e perde força o PAIUB. Como o neoliberalismo busca enxugar gastos sociais, as avaliações das instituições perdem significativamente seu financiamento. Segundo Costa, Ribeiro e Vieira (2010, p. 94) foi um período com muitas “contradições entre as visões de avaliação do mundo acadêmico e do governo.” Um exemplo disso é o “provão”.

Nesse contexto, o sistema capitalista, com seu discurso globalizante, tenta “engolir” a educação. Segundo Carneiro e Novaes (2008, p. 721) “a perspectiva da Organização Mundial do Comércio (OMC) é transformar o campo educacional em setor comercial de abrangência global, regido essencialmente pelas forças do mercado. Segundo Krum (2010, p. 15), “a globalização também pode ser definida a partir da tentativa de formação de um novo tipo de cidadão adaptado às exigências do capitalismo internacional: menos solidário e mais consumista.”

Desse modo a participação da coletividade no planejamento execução e avaliação dos processos avaliativos (meta-avaliação) fica comprometida pela perda da autonomia em seu sentido pleno. Assim, volta a concepção técnica e burocrática da avaliação, onde uns executam projetos construídos por outros com intenções distintas e distantes da transformação social e da coletividade.

Portanto, a avaliação educativa, segundo Dias Sobrinho (2008, p. 193), “deve ser uma produção de sentidos sobre o cumprimento, pelos sistemas e pelas instituições, das finalidades de formação de cidadãos, aprofundamento dos valores democráticos da vida social, e elevação material e espiritual da sociedade.” A avaliação é um processo complexo, polissêmico e dotado de intencionalidades. A avaliação institucional constitui elemento potencializador do desenvolvimento, não só institucional, mas também no campo social, pois trata diretamente com perfil de formação dos sujeitos, com as políticas institucionais.

Avaliação institucional e gestão

A construção de uma educação de qualidade, segundo pressupostos democráticos, não capitalistas, requer investimento em educação em contraposição ao estado mínimo neoliberal. A qualidade que defendo passa pela autonomia plena da instituição e por processos democráticos de gestão.

Acerca da avaliação institucional, Alberto e Balzan (2008, p. 755), entendem-na como um processo participativo cuja “finalidade seja a identificação de tudo o que afeta a qualidade de suas atividades-fim (ensino, pesquisa, e a extensão) e atividades-meio (gestão acadêmica e administrativa)”. No contexto democrático supera-se a concepção de trabalhar para a comunidade e passe-se a trabalhar com ela. Logo, não só os processos de avaliação na instituição avançam, mas outras atividades intimamente relacionadas como a construção dos Projetos Institucionais de modo participativo. Segundo o mesmo autor um dos grandes avanços políticos, no campo da avaliação, foi o SINAES, pois ampliou uma concepção de avaliação limitada, principalmente ao processo de ensino-aprendizagem.

Com os SINAES veio a obrigação das instituições criarem suas próprias comissões de avaliação. Constitui um avanço em termos democráticos o fato de que as CPA's devem ser compostas, além de discentes, docentes e técnicos administrativos, também por membros da comunidade, sem privilegiar uma categoria em detrimento da outra, ou seja, uma composição paritária da comissão.

Acerca do cenário nacional de avaliação, Carneiro e Novaes (2008, p. 715) cabe destaque “no cenário do sistema de avaliação das IES o Decreto nº 5.773/06, à medida que este define as funções de regulação, supervisão e avaliação de IES.” Quanto ao processo de regulação esta lei aborda questões de credenciamento e reconhecimentos das instituições de Educação Superior e reconhecimentos de cursos.

Acerca do conceito de participação, ele é utilizado em muitos contextos, mas segundo Carneiro e Novaes (2008, p. 726) “a participação relaciona-se ao envolvimento do indivíduo na tomada de decisões que dizem respeito ao seu trabalho ou à sua condição pessoal, de um modo geral.” Portanto, dentro da concepção democrática participativa, todos têm o papel de tomar decisões. Por exemplo, os resultados apontados por uma meta-avaliação requerem uma tomada de posição.

Nesse sentido, Costa, Ribeiro e Vieira (2010, p. 93) apontam como limitantes dos processos de avaliação institucional “a demora entre a publicação dos resultados e a tomada de decisões, sobrecarga de atividades acadêmicas realizada pelos membros da Comissão e ausência de apoio técnico e financeiro.” Outro fator que cabe destaque é a resistência interna nas instituições educativas, onde um efetivo processo de avaliação fica condicionado às decisões políticas dos gestores.

No que se refere à amplitude do processo de avaliação institucional, Dias Sobrinho (2008, p. 201) entende que ele está imbuído da busca de uma compreensão de totalidade da instituição, mas que “é impossível abarcar a totalidade de uma só vez, mas deve haver um esforço metodológico de compreensão da globalidade feita através da articulação do entendimento das partes que vai sendo construído.”

Acerca da importância da avaliação para as instituições, Peixoto (2009, p. 21) afirma que o tema vem ganhando espaço nos processos de gestão nas instituições. Ainda, Pinto (2009, p. 213) aponta a avaliação como fundamental, pois ela constitui “o principal instrumento de autoconhecimento institucional, de interação com as comunidades local e regional, e de auxílio na busca de resultados mais concretos para o desenvolvimento institucional e da sociedade.”

Acerca dos processos de avaliação e o caráter regulador, Schlickmann, Melo e Alperstedt (2008, p. 166) evidenciaram “que os modelos de avaliação institucional ao longo dos governos apresentaram diferentes enfoques institucionais, havendo uma predominância dos enfoques regulador e normativo” No que se refere ao modelo adotado pela CAPES, Sguissardi (2008, p. 857) coloca que ele “tende a incentivar a competição entre os programas de uma mesma área, a substituir a autonomia pela heteronomia e a conduzir à conformidade.” Logo não contribui para a construção de uma cultura de avaliação.

Portanto, a avaliação institucional constitui importante meio de compreensão da realidade institucional em sua totalidade e de projeção de ações de modo a alcançar os objetivos institucionais. Mas sua efetiva implementação está relacionada com a gestão democrática, pois a tomada de decisões dentro da coletividade é uma necessidade, além da

própria legislação sinalizar para a constituição de comissões paritárias e com a presença da sociedade civil organizada, de modo que a universidade construa seus projetos institucionais e suas avaliações com a comunidade.

4.3 Considerações sobre o corpus da pesquisa

As fontes da pesquisa foram constituídas de 96 artigos publicados na RBE e 102 artigos publicados na RAV. A delimitação do corpus deu-se em duas etapas de seleção. Na primeira etapa foram excluídos artigos que tratavam de avaliação, mas que não se enquadravam nos critérios propostos. No quadro 4, abaixo, constam os assuntos principais dos artigos excluídos.

Assunto	Número de Artigos	Periódico	Total
Artigos estrangeiros	01	RBE	96
Artigos estrangeiros	10	RAV	102
Avaliação Docente	01		
Avaliação da Aprendizagem	06		
Avaliação de Atividade de Extensão	02		
Avaliação de atividade de Educação à distância	01		

Quadro 4 – Lista de artigos excluídos que tratavam da temática de avaliação

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou discutir a temática da avaliação institucional e sua relação com a gestão democrática no contexto da Educação Superior. Tal pesquisa, bibliográfica, em dois periódicos da área da educação, um específico da temática da pesquisa e o outro, um dos mais bem conceituados periódicos brasileiros da área. Foi possível identificar que a produção na área de avaliação, no periódico que publica contribuições das diferentes subáreas da educação é ínfima, inferior a 2% na pesquisa em questão. No periódico específico sobre avaliação e Educação Superior a publicação de textos sobre avaliação é superior a 50% das

publicações consultadas. Sobre avaliação institucional o número de publicações ainda é pequeno.

Cabe destacar, que embora, no momento atual, sejam poucos pesquisadores na área da avaliação institucional se comparado com linhas de pesquisa já consagradas tenho a expectativa de crescimento no estudo desta temática, em função de que a lei que institui o SINAES é recente e nos últimos anos vêm crescendo o número de instituições de educação Superior, em especial as Públicas, por meio do Programa REUNI.

Nesse sentido, entendo a área de avaliação institucional como um profícuo campo de estudo, pois as políticas de governo na década de 90, do século passado, enfraqueceram o PAIUB, o qual só viu a ressonância de suas ideias intensificarem com a aprovação do SINAES no ano de 2004.

Acerca da relação entre a avaliação institucional e a gestão democrática, na literatura pesquisada, aparece como contribuições pontuais, geralmente relacionadas com a questão da participação nas comissões de avaliação. Não foi identificado um estudo específico sobre a questão, na presente pesquisa. A gestão democrática ganha terreno no contexto do SINAES, quando a referida lei abre as portas da universidade para que a sociedade civil possa, de modo paritário, participar, desde o planejamento à avaliação, dos processos de avaliação institucional e das tomadas de decisão que lhe couberem.

Por fim, cabe destacar que os resultados desta pesquisa são representativos para os dois periódicos pesquisados, no período em questão (2008-2010). E também, são representativos da análise realizada a partir dos referenciais explicitados no texto, pois não há discurso neutro. Tais palavras estão impregnadas de intencionalidade, a qual está relacionada com determinada visão de mundo e de sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, J. L. M.; BALZAN, N. C. Avaliação de projeto político-pedagógico pelos funcionários: espaços e representatividade. **Avaliação**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 745-776, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2011.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRIOLA, W. B.; SOUZA, L. A. de. Representações sociais dos gestores e dos técnicos das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará(UFC) acerca da autoavaliação institucional. **Avaliação**, Sorocaba, vol. 15, n. 2, p. 45-72, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 06 ago. 2011.

AVALIAÇÃO: REVISTA DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Sorocaba: Universidade de Sorocaba – UNISO, 2008-2010. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 06 ago. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm>. Acesso em: 04 ago. 2011.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: 04 ago. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988: Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 04 ago. 2011.

BRASIL. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras: PAIUB**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 04 ago. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 04 ago. 2011.

CARNEIRO, B. P. B.; NOVAES, I. L. As comissões próprias de avaliação frente ao processo de regulação do ensino superior privado. **Avaliação**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 713-732, 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2011.

COSTA, E. M. de M. B.; RIBEIRO, C. M.; VIEIRA, R. B. B. Avaliação em movimento: do PAIUB ao PGE o caso da Universidade Federal de Goiás. **Avaliação**, Sorocaba, v. 15, n. 3, p. 87-108, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2011.

DAGNINO, R. Uma estória sobre Ciência e Tecnologia, ou Começando pela extensão universitária... In: DAGNINO, Renato (Org.). **Estudos sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia**: abordagens alternativas para uma nova América Latina. Campina grande: EDUEPB, 2010, p. 293-324.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 ago. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. & FAUNDEZ, A. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. & SHOR, I. **Medo e Ousadia**. O cotidiano do professor. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001. 80 p.

KRUM, M. C. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Curso de Especialização à Distância em Gestão Educacional. **Políticas públicas e Gestão Escolar**. Santa Maria, [2010]. 54 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri (Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEHFELD, N. A. de S.; GABARRA, M. H. C; COSTA, C da; SOUSA, Y. T. C. S. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. **Avaliação**, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 177-194, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 06 ago. 2011.

LEITE, D. **Reformas Universitárias: Avaliação Institucional Participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 141 p.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAS e da auto-avaliação.

Avaliação, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 833-840, 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 06 ago. 2011.

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. 118 p. (Série cadernos de Gestão).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAES, R. Uma tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**. Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOUSQUER, M. E. L. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Curso de Especialização à Distância em Gestão Educacional. **Gestão Escolar e Organização Curricular**. Santa Maria, [2010b]. 54 p.

PEIXOTO, M. do C. de L. A avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. **Avaliação**, Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 9-28, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 06 ago. 2011.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PINTO, R. Â. B. Universidade comunitária e avaliação institucional: o caso das universidades comunitárias gaúchas. **Avaliação**, Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 185-215. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 06 ago. 2011.

QUADROS, C. de. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Curso de Especialização à Distância em Gestão Educacional. **Enfoques de Pesquisa em Educação**. Santa Maria, [2010]. 41 p.

REIS, C. Z. T.; SILVEIRA, S. de F. R.; FERREIRA, M. A. M. Autoavaliação em uma instituição federal de ensino superior: resultados e implicações. **Avaliação**, Sorocaba, v. 15, n.

3, p. 109-129, 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.
Acesso em: 06 ago. 2011.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Campinas: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, 2008-2010. Quadrimestral. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_1413-2478/lng_pt/nrm_iso>. Acesso em: 06 ago. 2011.

RISTOFF, D. I. **Universidade em Foco**: Reflexões sobre a educação Superior. Florianópolis: Insular, 1999. 239 p.

SANTOS, A. L. F. dos. Gestão democrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. In: ANPED – GT ESTADO E POLÍTICA EDUCACIONAL. N. 05. Rio de Janeiro: Anped. 2006. Disponível em:
<<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-2114--Int.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

SCHLICKMANN, R.; MELO, P. A. de; ALPERSTEDT, G. D. Enfoques da teoria institucional nos modelos de avaliação institucional brasileiros. **Avaliação**, Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 153-168, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.
Acesso em: 06 ago. 2011.

SGUISSARDI, V. Regulação estatal versus cultura de avaliação institucional?. **Avaliação**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 857-862, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4077&lng=pt&nrm=iso>.
Acesso em: 06 ago. 2011.